* Texto da *Oração de Sapiência* proferida na Cerimónia de Bênção e Entrega dos Diplomas de Licenciatura da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, no dia 7 de Fevereiro de 2009.

Comunicação & Cultura, n.º 8, 2009, pp. 151-160

História, vida, liberdade e responsabilidade *

JOSÉ MIGUEL SARDICA **

É preciso que a História deixe de vos aparecer como uma necrópole adormecida, onde só passam sombras despojadas de substância. É preciso que, no velho palácio silencioso onde ela dorme, vocês penetrem [...] – e que abrindo as janelas de par em par, avivando as luzes e restabelecendo o barulho, despertem com a vossa própria vida, com a vossa vida quente e jovem, a vida gelada da Princesa adormecida.

Febvre, 1985: 40

Magnífico Reitor da Universidade Católica Portuguesa;
Ex.ma Senhora Directora da Faculdade de Ciências Humanas
(a quem, com toda a amizade e respeito, agradeço o convite e a honra de estar hoje aqui);
Ex.mo Senhor Director do Instituto de Estudos Políticos;
Ex.mos Senhores Coordenadores de Áreas Científicas e Licenciaturas da Faculdade de Ciências Humanas;
Caros Docentes, Funcionárias, Licenciados e seus Familiares;
Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Este é o dia em que, anualmente, a Faculdade de Ciências Humanas escreve mais uma página da sua história institucional. Mas é também uma data que entra na história individual e familiar de cada um dos alunos que aqui irão ser reconhe-

** Professor auxiliar da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.

cidos como Licenciados. Esta dupla circunstância leva-me assim, hoje, a falar-vos sobre a História, para vos apresentar uma leitura do que julgo ser o estatuto epistemológico dessa área de saber, dentro do vasto campo das chamadas Humanidades, salientando a sua necessidade, utilidade e indispensabilidade, quando posta – como deve ser – em íntima relação com a vida, com a liberdade e com a responsabilidade.

Não é um tema fácil nem cómodo. Se é certo, por um lado, que a História é hoje um género muito apetecível para o mercado editorial e para a celebração política e cultural de efemérides, é igualmente certo que sobre ela impende o estigma, injusto, lançado sobre as ciências humanas: o de serem saberes pouco científicos, cuja aplicabilidade não é imediatamente visível, irredutíveis aos indicadores quantitativos de rentabilidade com que a civilização material hoje avalia os homens, as ideias e as coisas. Chegados ao século XXI, o cientismo economicista eclipsou a noção de que há áreas do conhecimento e da realização humana cujo lucro não se mede em quantidade de *outputs* para figurarem em *rankings* internacionais, mas em qualidade de formação humana que através deles se atinge. A História, como a Filosofia, a Literatura, as Artes ou outros ramos humanistas, está hoje no incómodo lugar de um réu, obrigado a advogar a justeza da sua causa (v. Donoghue, 2008). É o que aqui farei, esperando conseguir convencer o meu júri – que são todos os que hoje me escutam – de que as humanidades, latamente entendidas, constituem a base essencial da formação dos seres humanos, ao fornecerem os ingredientes que definem a identidade e a memória espaciotemporal dos povos e dos indivíduos (Castro, 2007: 2).

A História é um saber velho de milénios, que remonta aos Antigos, entre os quais era valorizada como *Magistra Vitae*, como arsenal de ensinamentos e de exemplos que ajudava os homens a conduzirem-se como cidadãos livres e os políticos a apurarem a melhor forma de governo para a *Polis*, a Cidade (v. Ramos, 1991). Neste sentido, e desde a sua origem, em Heródoto ou Cícero, ela foi sempre uma epistemologia de aperfeiçoamento moral e civil – um caminho de percepção e de realização do Bem comum. Narrativa fundamental da aventura humana desde a Antiguidade, a História viria a ganhar a sua identidade e estatuto modernos nos séculos XVII e XVIII através daquilo a que Isaiah Berlin chamou de «divórcio entre as ciências e as humanidades» (v. Berlin, 1999). Segundo a célebre dicotomia iniciada por Giambattista Vico e hoje reivindicada por todos os que a consideram um saber e não uma ciência, a História era *Geisteswissenschaft*, relato de ideias e vidas, esperanças e acções, acasos e contingências, por oposição ao cariz axiomático, imutável e lógico das *Naturwissenschaft*, ciências naturais ou exactas (Berlin, 1999: 103, 114-116). Desde o século XIX até há umas duas décadas, gerações sucessivas

de cientistas sociais, de Marx a Comte, e da historiografia dos *Annales* ao estruturalismo, alimentaram a esperança de cientificizar a História, importando conceitos e métodos alheios à disciplina, sempre sob o raciocínio de que apenas seria verdadeira e academicamente digna uma História que fosse científica (Bonifácio, 1999: 18; Munslow, 2006: 29-31). Ora, como resumiu Isaiah Berlin, «pedir à história que se aproxime da condição de uma ciência é exigir-lhe que contradiga a sua essência» (Berlin, 1998: 104).

A história fala de homens, no tempo e no espaço, e não de entidades a-temporais e a-espaciais, como os átomos de um físico ou os números de um matemático. E porque os homens são sujeitos individuais, irredutíveis na sua diversidade, imprevisíveis na sua liberdade e incapazes de formularem leis gerais que antecipem o futuro, sobre eles não se pode construir ciência segura. Foi isso que levou o historiador Paul Veyne a definir a História como «uma mistura muito humana e muito pouco científica de causas materiais, de fins e de acasos», uma «fatia de vida», que se compreende empaticamente, mas que não se explica como quem analisa um corpo inerte (Veyne, 1987: 44).

O divórcio entre a história e a ciência não é portanto uma insuficiência a resolver mas uma saudável alteridade a manter. Se o objecto histórico é o estudo das ideias, das vontades, das acções e seus resultados, dos homens no passado, ele é incompatível com uma abordagem científica, porque não há leis gerais, modelos imutáveis ou regularidades infalíveis que possam guiar toda a diversidade imprevista dos comportamentos humanos. É por isso que José Mattoso não hesita em definir a história como «uma fantástica sinfonia», «feita da incomensurável mistura de elementos de toda a espécie, tão diversos e contraditórios como a própria vida»; e se é de vidas que a história fala, ela é «um saber e não uma ciência» (Mattoso, 1997: 10 e 38): só é possível abarcá-la com uma atitude «contemplativa» – a *einfühlung* alemã, enquanto intuição empática e «imaginação informada» (Berlin, 1999: 129) – que tudo envolve num «golpe de vista», captando assim «a espantosa realidade das coisas» (Mattoso, 1997: 17-18), e a fibra humana que um dia as regeu (a *lifelikeness* dos ingleses).

Afirmar que a história não é uma ciência não significa afirmar – e eis outra questão central na avaliação da identidade do ofício – que nada a distingue da ficção literária ou, como o pós-modernismo faz, que o «real é tão imaginado como o imaginário» e que afinal «nada há para além do texto» que elaboramos (Lawrence Stone, cit. por Bonifácio, 1999: 55). Aqui, é necessário convocar Hayden White ou Peter Burke e lembrar que, se é verdade que a narrativa é a forma natural de escrever história (v. Bonifácio, 2000) – porque onde não há *story*, não pode haver *History* –, a narrativa histórica repousa objectivamente sobre uma realidade passada, cuja

substância existe antes da forma mais ou menos literária com que se apresenta (v. White, 1990; Burke, 1991). O conhecimento histórico não é arbitrário: sendo certo que ele nunca tem estatuto absoluto ou intemporal, nem por isso a deontologia do historiador admite concessões à pura ficção. As regras da heurística vinculam-no a elaborar «afirmações empiricamente verificáveis» e «interpretações racionalmente discutíveis», e a não dispensar a «evidência documental» e a «consistência do argumento» (Bonifácio, 1999: 79 e 111). É por isso que a história tem, na base, uma «técnica», de selecção e estudo de fontes; mas é, no seu todo, uma «arte» (Bonifácio, 1999: 32) – a arte de pensar imaginativamente, como faz quem constrói um *puzzle*, e a arte de narrar com a beleza literária suficiente para cativar o leitor e para lhe oferecer um «juízo sinóptico», uma «síntese do heterogéneo» (Paul Ricoeur cit. por Bonifácio, 1999: 112 e 116) sobre homens num tempo e espaço, num texto que tem de ser factualmente rigoroso, mas também «comunicativo e sugestivo» – em suma, «construtor de evidência» e «fundador de harmonia» (Mattoso, 1997: 27).

Advogar este estatuto epistemológico para a História em nada a diminui enquanto campo de investigação universitário, e actividade cívica eminentemente respeitável e desejavelmente financiável. Supor que, por ser literária ou artística no seu registo final, ela deixa de ser digna, implica defender que qualquer discurso não-científico – isto é, qualquer ramo de conhecimento que não serializa ou quantifica – nada tem de válido a ensinar sobre o mundo (White, 1990: 44). Se, ao contrário, aceitarmos que «há maneiras não científicas de saber» (Bonifácio, 1999: 114), aceitaremos – e quem não o faz não pode ser historiador – que as vidas romanescas de Júlio César, Dante Alighieri, William Shakespeare ou George Washington, por exemplo, contêm em si um insubstituível potencial revelador do que foram o ambiente e os desafios da Roma Antiga, da civilização medieval, da Inglaterra isabelina ou das origens da ordem liberal contemporânea, respectivamente.

Re-situada no horizonte das humanidades, como janela aberta à apreensão da diversidade e da riqueza humanas e como metanarrativa do que foi a sua milenar evolução, é agora tempo de argumentar por que razões a História, além de estruturalmente necessária e útil, é também conjunturalmente indispensável, neste início pós-moderno do século XXI.

Muita gente achou, ou acha, que isto não é verdade. Ainda hoje, embora não o saibam, os gestores economicistas da política e das ciências ecoam uma velha afirmação do escritor russo Leon Tolstoi, para quem os historiadores eram como seres surdos, que gastam a vida a responder a perguntas que ninguém lhes fez! Não responderei a este julgamento, mas antes ao do francês Paul Válery, que, um dia, lembrando o quanto Adolf Hitler gostava de ler história, declarou que ela era

«o produto mais nefasto que a química do intelecto jamais elaborou», porque embriagava os povos, engendrava neles falsas memórias e condenava as nações a serem «amargas, soberbas, insuportáveis e vãs». É verdade que a História teve sinistros leitores e reprováveis usos: mas então, ainda mais urgente é a missão de arredar dela os abusos que em seu nome se podem fazer, e de remar contra uma das características mais empobrecedoras da época actual: a amnésia, a ignorância histórica, a forma como muitos dos nossos concidadãos vivem numa espécie de a-temporal contínuo, «sem qualquer relação com o passado público da [sua] época» (Hobsbawm, 1996: 15). Ora, o esquecimento fomenta a ignorância; e como ensinavam os iluministas, é da ignorância, complementada ou não com a maldade, que vem o erro – e quando não o erro, pelo menos a soberba de homens e de povos que, na expressão de Lucien Febvre, se acham «filhos das suas obras e não dos seus antepassados fora de moda» (Febvre, 1985: 243). É por isso que Eric Hobsbawm, entre muitos, falando sobre o século XX, celebra a centralidade e a utilidade de um ofício que consiste, simplesmente, em «lembrar o que outros esquecem» (Hobsbawm, 1996: 15).

Mas lembrar com que objectivo? O que é que todos lucram com o labor historiográfico de uns tantos? Desde logo, o historiador é o agente da memória e o seu contributo é portanto insubstituível na construção da identidade colectiva: «somos o que fizemos e o que nos aconteceu» e, por isso, «esquecendo o que fomos», diluímos «a ideia do que somos» (Bonifácio, 1999: 9). É a História que nos dá enraizamento, espessura e consciência, que nos ensina que toda a evolução humana é cumulativa, que nos elucida sobre os valores e experiências a imitar e sobre os erros e abusos a evitar. Como há já mais de dois séculos explicou Edmund Burke, não podemos saber onde estamos e muito menos para onde vamos se não soubermos onde estivemos. É esta continuidade fundamental da espécie humana através dos tempos e espaços, malgrado as rupturas e os acidentes, que estabelece uma linha através da qual a História ilumina o presente e permite até, pelo seu saber de experiência feito, imaginar estratégias de vida e de acção para o futuro (Mattoso, 1998: 9).

Insisto neste ponto: é necessário e útil recorrer à História para compreender a actualidade; só ela apreende e racionaliza o que a espuma do nosso instantâneo nos oferece como vertigem; só ela permite recordar o bem de ontem onde hoje só há mal, ou o mal de ontem, sempre que hoje adormecemos à sombra de um fugidio bem. O conhecimento histórico ajuda-nos a perceber que cada momento encerra pontos de chegada e bases para o futuro, revelando-nos que não há «fim da história» nem «últimos homens»; há só, isto é certo e isto é muito, evolução e contingência, continuidade e ruptura, hipótese e experimentação, liberdade humana e, por isso, responsabilidade individual.

Mas não é só enquanto intérpretes da memória e da identidade que nos confere existência – sobretudo em países como o nosso, que tem tanta história e que dela sabe tão pouco – que os historiadores são úteis e necessários. É que, ao contrário de outras áreas de saber hiperespecializado e técnico, a História habilita especialmente para a análise e para a elucidação de questões complexas, para o olhar amplo, que conjuga «diversos níveis e escalas» (Mattoso, 2006: 12 e 16). Como desenvolve, sobre este tópico, José Mattoso, a História habitua a descobrir, «no passado longínquo e recente, o mesmo e o outro, a identidade e a variância, a repetição e a inovação», conferindo a quem a ela se dedica uma atenção apurada para «a infinita complexidade das formas de sociabilidade pelas quais o homem se foi adaptando ao mundo», e para «a relatividade das soluções encontradas pelas diversas culturas na sua relação com a natureza» (Mattoso, 2006: 17-18 e 21). O mesmo é dizer que o historiador é «um técnico dos homens e dos tempos» (Hespanha, 2002: 17), dotado que está de uma larga cultura sobre modelos de sociedade, de organização e de comportamento. Em épocas de incerteza ou ruptura, é um conhecedor do humano cujo *know-how* interessa em contextos políticos, sociais, organizacionais e até empresariais, na medida em que só ele conhece o histórico de ensaios, êxitos e fracassos de quem, no passado, foi também obrigado a escolher e a agir sem conhecer o futuro, e «sem possuir a chave do sucesso ou da verdade» (Hespanha, 2002: 17, e 2001: 17).

Chego aqui à razão pela qual considero que a História, além de útil e necessária, é mesmo indispensável. A época pós-moderna em que estamos imersos impõe-se-nos como um tempo fluido e rápido, de excesso de informação, saberes desmaterializados, relativismo de valores e estilhaçamento de grandes modelos ou narrativas formais, tudo isto ameaçando a possibilidade de pensar e conhecer duravelmente as coisas e os homens (Hespanha, 2005: 82; Munslow, 2006: 207--209). Ora, em face desta condição pós-moderna, talvez a história possa ser a última narrativa, o fio condutor capaz de conferir inteligibilidade às nossas vidas e assim compreender alguma coisa (não tudo), da existência humana. Se a pós-modernidade é, na conhecida visão de Zygmunt Bauman, líquida e evanescente (v. Bauman, 2000), a História, porque é sólida nos factos e densa na narrativa, pode e deve ser um leme em mares revoltos ou uma bússula em mapas incertos, recuperando o ensino das Humanidades como uma enseada amena para aí ancorarem as técnicas e os *zappings* que hoje são de ponta e amanhã já estão obsoletos.

Reconhecer que a História é útil e indispensável não implica nunca, contudo, voltar costas ao que nos rodeia. Friedrich Nietzsche sustentava que a História era inútil quando esquecia a vida, ou quando apenas a conservava com espírito de antiquário, não conseguindo gerá-la a partir da «vontade enérgica de coisas novas».

Era isto que o levava a defender que a História em excesso era um mal e que, muitas vezes, o «a-histórico», ou seja, o esquecimento, era condição indispensável à felicidade (Nietzsche, 1874: 23-25 e 44-45). Há sem dúvida ocasiões em que esta operação é necessária; mas até para rejeitar ou superar é preciso conhecer. Noutras ocasiões, felizmente a maioria, o passado «é um valor e uma fonte de energia; podemos apoiar-nos nele, para ganhar ímpeto no salto para o futuro» (Mattoso, 2000: 12). Aos mais cépticos nas capacidades de o historiador educar para a cidadania e para a liberdade, Richard Holmes explicou um dia que a História «[nos ensina], simplesmente, a compreender melhor os outros; e através deles, nós mesmos. É este o seu potencial humanista» (Holmes, 2002: 17). Lucien Febvre iniciava os seus cursos na *École Normale Supérieure* dando aos alunos uma recomendação igualmente humanista: «Para fazer história, virem resolutamente as costas ao passado e antes de mais vivam. Envolvam-se na vida. Na vida intelectual, sem dúvida, em toda a sua variedade» (Febvre, 1985: 40).

Senhor Reitor, caros licenciados, minhas senhoras e meus senhores:

Certo dia, em 1992, em conversa com a imprensa, no encerramento de uma das suas muitas viagens apostólicas, João Paulo II foi interrogado sobre quais seriam os requisitos essenciais para se ser um bom jornalista. O Santo Padre reflectiu alguns segundos e respondeu simplesmente: «É preciso discernir, sempre!» (Miguel, 2003: 178-180). Julgo que esta recomendação nos serve a todos e resume luminosamente o tipo de operação mental que o historiador humanista faz: seleccionar um tema, um tempo e um espaço cujo conhecimento esclareça e enriqueça quem somos; separar, nas fontes, a informação verdadeira e a informação falsa; estabelecer, na escrita, o possível e o verosímil, rejeitando o errado e o impossível.

É só isto que se pede ao historiador; mas é muito, e de muita responsabilidade, o que se lhe pede. A boa História não está acima dos outros saberes no campo das Humanidades – e de forma alguma sustenta que não deva haver economia, gestão, física, engenharia, informática ou ciências. Ainda assim, olhando para os licenciados que hoje aqui estão, não me levarão a mal se considerar que a História os pode servir a todos – porque ela é arquivo informativo e ginástica mental para ler os *mass media*, para pensar o homem e a política, para enquadrar as relações internacionais, para compreender as línguas e as culturas, para observar a sociedade e para entender as necessidades de serviço à mesma.

Sim, a História não é uma actividade imediatamente rentável; mas não, ela não é supérflua ou dispensável. Por isso resiste, ainda e sempre, não orgulhosamente

só, mas muito bem acompanhada pelos outros saberes dessa reconfortante área que são as Humanidades. E é por isso que nós, os historiadores, ouvimos sempre com um sorriso de satisfação e de assentimento John Lennon e Paul McCartney cantarem «*Oh! I believe in yesterday*». Sim, acreditamos que o conhecimento do ontem informa o hoje e, insuflando-lhe vida, o liberta para enfrentar o amanhã. E se a Universidade (nome que significa «análise do Universo») é o lugar de eleição para ousar saber (o *Sapere aude* da razão iluminista), compete-nos a nós todos, historiadores ou não, demonstrarmos que o conhecimento é a via fundamental para a vida e para a liberdade. E finalmente se, sabendo, somos livres, então – é essa a moral da grande narrativa histórica da espécie humana – somos e seremos sempre responsáveis pelos nossos actos e escolhas.

Aos alunos que hoje aqui se licenciam, os meus votos de boa sorte – embora cientes devam estar de que a sorte é geralmente a consequência do esforço, do empenho e do mérito. A todos, um sincero reconhecimento pela forma como escutaram a minha empenhada apologia da História nestes nossos tempos demasiadamente amnésicos.

Muito obrigado.

BIBLIOGRAFIA

Bauman, Zygmunt (2000), *Liquid Modernity*, Cambridge: Polity Press.

Berlin, Isaiah (1998), «O Conceito de História Científica» [1978], *A Busca do Ideal. Uma Antologia de Ensaios* (ed. Henry Hauser e Roger Hausheer), Lisboa, Bizâncio, pp. 63-104.

Berlin, Isaiah (1999), «O Divórcio entre as Ciências e as Humanidades» [1979], *A Apoteose da Vontade Romântica. Uma Antologia de Ensaios* (ed. Henry Hardy e Roger Hausheer), Lisboa, Bizâncio, pp. 100-131.

Bloch, Marc (s.d.), *Introdução à História* [1944], Mem-Martins: Publicações Europa-América.

Bonifácio, Maria de Fátima (1999), «Apologia da História Política», *Apologia da História Política. Estudos sobre o Século XIX Português*, Lisboa: Quetzal Editores, pp. 7-129.

Bonifácio, Maria de Fátima (2000), «A Narrativa na "Época Pós-Histórica"», *Análise Social*, n.º 150, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 11-28.

Burke, Peter (1991), «History of Events and the Revival of Narrative», *New Perspectives in Historical Writing* (ed. Peter Burke), Cambridge: Polity Press, pp. 233-248.

Castro, Aníbal Pinto de (2007), «O Papel das Humanidades na Universidade do Século XXI», *Lumen Veritas*, Ano XIII, n.º 1, Lisboa: Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, pp. 1-3.

Davies, Norman (2007), «History, Language and Literature» e «The Politics of History», *Europe. East & West*, Londres: Pimlico, pp. 149-187 e 249-277.

Donoghue, Frank (2008), *The Last Professors. The Corporate University and the Fate of the Humanities*, USA: Fordham University Press.

Febvre, Lucien (1985), *Combates pela História* [1952], 2.ª ed., Lisboa: Editorial Presença.

Hespanha, António Manuel (2001), «O Que Ensinamos Quando Ensinamos História», Revista *História*, 3.ª Série, n.º 38, Lisboa, pp. 16-17.

Hespanha, António Manuel (2002), «Porque É Que Esta Sociedade nos Há-de Querer?», Revista *História*, 3.ª Série, n.º 44, Lisboa, pp. 16-17.

Hespanha, António Manuel (2005), «Coleccionadores e Cibernautas», Revista *História*, 3.ª Série, n.º 77, Lisboa, p. 82.

Hobsbawm, Eric (1996), *A Era dos Extremos. História Breve do Século XX*, Lisboa: Editorial Presença.

Holmes, Richard (2002), «The Proper Study?», *Mapping Lives. The Uses of Biography* (ed. Peter France e William St. Clair), Oxford / Nova Iorque: Oxford University Press / The British Academy, pp. 7-18.

Mattoso, José (1997), *A Escrita da História. Teoria e Métodos*, 2.ª ed., Lisboa, Editorial Estampa.

Mattoso, José (1998), «Tradição e Mudança», Revista *História*, 3.ª Série, n.º 9, Lisboa, pp. 8-9.

Mattoso, José (2000), «O Direito à Memória», Revista *História*, 3.ª Série, n.º 26, Lisboa, pp. 12-13.

Mattoso, José (2006), *A Função Social da História no Mundo de Hoje*, 2.ª ed., Lisboa: Associação dos Professores de História.

Miguel, Aura (2003), *Porque Viajas Tanto?*, Estoril: Lucerna.

Munslow, Alun (2006), «*Annales*» e «Postmodernism», *The Routledge Companion to Historical Studies*, 2.ª ed., Cambridge / Nova Iorque: Routledge, pp. 29-32 e 207-209.

Nietzsche, Friedrich (s.d.), *Da Utilidade e Inconvenientes da História para a Vida* [1874], Lisboa: Livrolândia.

Pereira, Miriam Halpern (2005), «A História e as Ciências Sociais», *Ler História*, n.º 49, Lisboa: ISCTE, pp. 5-29.

Ramos, Rui (1991), «A Causa da História do Ponto de Vista Político», *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º 5, Lisboa: Edições Cosmos, pp. 27-47.

Veyne, Paul (1987), *Como se Escreve a História* [1971], Lisboa: Edições 70.

Vincent, John (1995), *An Intelligent Person's Guide to History*, Londres: Gerald Duckworth & Co, Ltd.

White, Hayden (1990), «The Question of Narrative in Contemporary Historical Theory», *The Content of the Form. Narrative Discourse and Historical Representation*, Baltimore / Londres: The Johns Hopkins University Press, pp. 26-57.